



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 105/2011

Súmula: Declara de utilidade pública a “**S.E. MATHILUTA**”, com sede no Município de Sertaneja e foro no Município de Cornélio Procopio.

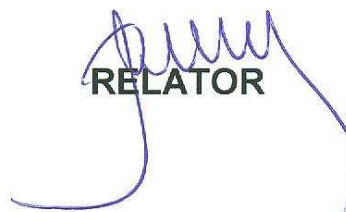
Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a “**S.E. MATHILUTA**”, com sede no Município de Sertaneja e foro no Município de Cornélio Procopio.

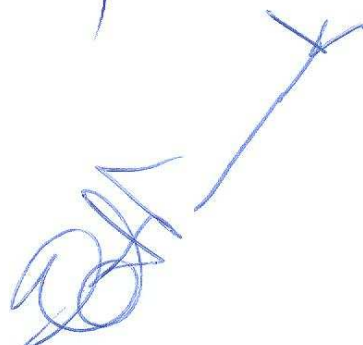
Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de maio de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE




RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 106/2011

Súmula: Declara de utilidade pública a ARCOAGRI – Associação Regional de Cooperação Agrícola.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ARCOAGRI – Associação Regional de Cooperação Agrícola, com sede e foro no município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de maio de 2011.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



ESTADO DO PARANÁ
Casa Civil



ANTEPROJETO DE LEI Nº 283/2011

Súmula: Versa sobre a obrigatoriedade da apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual nos casos em que dispõe.

Art. 1º - A Junta Comercial do Paraná deverá exigir dos interessados Certidão Negativa de Débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual, nos casos de arquivamento dos seguintes atos:

- I - Alteração contratual em que haja retirada de sócios ou redução de capital de sociedades mercantis;
- II - distrato e extinção de sociedades mercantis;
- III - cancelamento de firmas individuais;
- IV - instrumentos de transformação de tipo jurídico, cisão, incorporação e fusão de sociedades.

Parágrafo único - Nas hipóteses de incorporação, fusão e cisão de sociedade, a Certidão Negativa será exigida para o arquivamento do ato da sociedade incorporada, fusionada ou cindida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 28 de março de 2011, 190º da Independência e 123º da República.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



MENSAGEM

Curitiba, 28 de março de 2011

Nº 003/2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei versando sobre a obrigatoriedade da apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual nos casos em que dispõe.

JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

O presente projeto de Lei visa tornar obrigatória a apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual nos casos de alteração contratual em que haja retirada dos sócios ou redução do capital de sociedades mercantis; distrato e extinção de sociedades; cancelamento de firmas individuais e instrumentos de transformação de tipo jurídico, cisão, incorporação e fusão de sociedades.

Excelentíssimo Senhor

Deputado Valdir Rossoni

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

N/CAPITAL

Prot.10.982.367-8



Mostra-se necessária tal obrigatoriedade por esta ser um instrumento valioso e consistente na luta contra a sonegação fiscal, que retira dos cofres públicos parte considerável dos recursos destinados à implementação de muitos programas de governo de que tanto necessitam a cidadania paranaense como um todo.

Por muitas vezes empresas registram seus atos não obstante estarem inadimplentes com a Fazenda Estadual, dando azo, inclusive, a possíveis sonegações fiscais.

Desta forma, para solução do problema apresentado, mostra-se imperioso elaboração de Projeto de Lei.

Primeiramente, cumpre salientar que a Constituição Federal, em seu artigo 24, estabelece que a competência para legislar sobre juntas comerciais é concorrente da União, Estados e Distrito Federal, conforme abaixo transcrito:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

III - juntas comerciais;

(...)

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.



ESTADO DO PARANÁ
Casa Civil

D.J.
Fls 05

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Sendo assim, de acordo com o artigo supra da Carta Magna, entende-se que na competência legislativa cabe a União editar normas gerais e aos Estados e ao Distrito Federal suplementar, complementar a legislação federal.

No caso em discussão, temos o Decreto Federal nº. 1.800/96, que regulamentou a Lei Federal nº. 8.934/94, lei esta que disciplina o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades afins.

Desta forma, havendo norma geral que discipline a matéria, cabe aos Estados e Distrito Federal legislar com o intuito de suplementar a Legislação Federal.

Sendo assim, importante mencionar que o Decreto Federal nº. 1.800/96, em seu artigo 34, parágrafo único, prevê a possibilidade de inclusão de documento diverso dos previstos em seus incisos, desde que estabelecido mediante determinação legal. Vejamos:

Art. 34. Instruirão obrigatoriamente os pedidos de arquivamento:

I - instrumento original, particular, certidão ou publicação de autorização legal, de constituição, alteração, dissolução ou extinção de firma mercantil individual, e sociedade mercantil, de cooperativa, de ato de consórcio e de grupo de sociedades, bem como de declaração de microempresa e de empresa de pequeno porte, datado e assinado, quando for o caso, pelo titular, sócios, administradores, consorciados ou seus procuradores e testemunhas;



ESTADO DO PARANÁ
Casa Civil



II - declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal;

III - ficha do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis - CNE, segundo modelo aprovado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

IV - comprovantes de pagamento dos preços dos serviços correspondentes;

V - prova de identidade do titular da firma mercantil individual e do administrador de sociedade mercantil e de cooperativa:

(...)

Parágrafo único. Nenhum outro documento, além dos referidos neste Regulamento, será exigido das firmas mercantis individuais e sociedades mercantis, salvo expressa determinação legal, reputando-se como verdadeiras, até prova em contrário, as declarações feitas perante os órgãos do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. (Grifo nosso)

Destarte, em forma de complementar norma geral e evitar o dano eminente ao erário estadual, torna-se imprescindível a elaboração de Projeto de Lei sendo este o instituto destinado ao alcance dos objetivos almejados.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 283/2011

Projeto de Lei nº 283/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 003/11

Súmula: Versa sobre a obrigatoriedade da apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual nos casos em que dispõe.

**EMENTA: OBRIGATORIEDADE
APRESENTAÇÃO CND JUNTA COMERCIAL.
COMPETÊNCIA AFERIDA. ARTIGO 24, III, § 1º
e §2º. CF. ARTIGO 13, III, 65. CE. ARTIGO 124
REGIMENTO INTERNO ALEP.
CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA
APROVAÇÃO.**

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo tornar obrigatória a apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto a Fazenda Pública Estadual nos casos de arquivamentos de alguns atos perante a Junta Comercial, tais como: alteração contratual em que haja retirada de sócios ou redução de capital de sociedades mercantis; distrato e extinção de sociedades mercantis; cancelamento de firmas individuais e; instrumentos de transformação de tipo jurídico, cisão, incorporação e fusão de sociedades.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Após verificar a possibilidade de iniciativa para a propositura do referido projeto de lei, deve-se averiguar a competência para legislar sobre a matéria em pauta.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** da República Federativa do Brasil assim estabelece e determina especificamente a competência com relação ao tema em análise:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

III – juntas comerciais;

A **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL** do Paraná em perfeita consonância com a Constituição Federal do Brasil vem, em seu artigo 13 estabelecer que:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

III – juntas comerciais;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Ou seja, quando se está diante de serviços referentes às juntas comerciais caberá tanto a União quanto ao Estado definir as normas; desde que cada um respeite a sua respectiva competência.

Como se trata de competência concorrente, importante destacar o § 1º e 2º do artigo 24 da CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Aliás, existe norma federal sobre o referido tema Lei Federal n.º 8.934/94 que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, inclusive determina como serão as Juntas Comerciais, conforme segue:

Art. 5º Haverá uma junta comercial em cada unidade federativa, com sede na capital e jurisdição na área da circunscrição territorial respectiva.

Art. 6º As juntas comerciais subordinam-se administrativamente ao governo da unidade federativa de sua jurisdição e, tecnicamente, ao DNRC, nos termos desta lei.

(...)

Art. 8º Às Juntas Comerciais incumbe:

I - executar os serviços previstos no art. 32 desta lei;

(...)

Art. 32. O registro compreende:

(...)

II - O arquivamento:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

- a) dos documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de firmas mercantis individuais, sociedades mercantis e cooperativas;
 - b) dos atos relativos a consórcio e grupo de sociedade de que trata a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
 - c) dos atos concernentes a empresas mercantis estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil;
 - d) das declarações de microempresa;
 - e) de atos ou documentos que, por determinação legal, sejam atribuídos ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins ou daqueles que possam interessar ao empresário e às empresas mercantis;
- III - a autenticação dos instrumentos de escrituração das empresas mercantis registradas e dos agentes auxiliares do comércio, na forma de lei própria.

Ainda, o Decreto Federal nº 1.880/96 vem regulamentar a Lei Federal supracitada e assim determina as regras para arquivamento de alguns atos:

Art. 34. Instruirão obrigatoriamente os pedidos de arquivamento:

- I - instrumento original, particular, certidão ou publicação de autorização legal, de constituição, alteração, dissolução ou extinção de firma mercantil individual, e sociedade mercantil, de cooperativa, de ato de consórcio e de grupo de sociedades, bem como de declaração de microempresa e de empresa de pequeno porte, datado e assinado, quando for o caso, pelo titular,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

sócios, administradores, consorciados ou seus procuradores e testemunhas;

II - declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal; (Redação dada pelo Decreto nº 3.395, de 2000)

III - ficha do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis - CNE, segundo modelo aprovado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

IV - comprovantes de pagamento dos preços dos serviços correspondentes;

V - prova de identidade do titular da firma mercantil individual e do administrador de sociedade mercantil e de cooperativa:

(...)

Parágrafo único. Nenhum outro documento, além dos referidos neste Regulamento, será exigido das firmas mercantis individuais e sociedades mercantis, salvo expressa determinação legal, reputando-se como verdadeiras, até prova em contrário, as declarações feitas perante os órgãos do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

Ocorre que, verificando as legislações federais, percebe-se que existe espaço para que o Poder Executivo Estadual realize o exercício de sua competência suplementar.

Sendo assim, o Poder Executivo realmente detém competência para propor o presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 283/11

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 03/11, tem por objetivo tornar obrigatória a apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual nos casos de alteração contratual em que haja retirada dos sócios ou redução do capital de sociedades mercantis: distrato e extinção de sociedades; cancelamento de firmas individuais e instrumentos de transformação de tipo jurídico, cisão, incorporação e fusão de sociedades.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

É de se ressaltar a relevância da matéria ora versada, uma vez que consiste na luta do Estado contra a sonegação fiscal. Que retira dos cofres públicos parte dos recursos destinados à implementação de muitos programas de governo de que tanto necessitam a cidadania paranaense.

Chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos **não haver óbice** à normal tramitação do presente Projeto de Lei e assim somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2011.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE


DEPUTADO CLEITON KIELSE
RELATOR

